



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

Rodovia Washington Luiz, km 235

São Carlos - SP - Brasil CEP: 13565.905 -

Fone/Fax: (016) 3351-8121

proace@ufscar.br

São Carlos, 18 de maio de 2017.

Magnífica Reitora,

Em resposta ao Ato Administrativo 283, de 30/03/2017, que designou Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os respectivos subsídios, como presidente nomeado para esta comissão, apresento relatório dos trabalhos desenvolvidos.

Foi nomeada a seguinte Comissão:

- Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade – ProACE - Presidente
- Sr. Rafael Porto Santi – ProGPe
- Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli – ProAd
- Sr. Djalma Ribeiro Jr. – SAADE
- Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz – CECH
- Profa. Dra. Ana Lúcia Brandl – Diretora Campus Sorocaba
- Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi – Diretor Campus Lagoa do Sino
- Sra. Nadia Cristina Picelli – Campus Araras
- Sra. Marisa Cubas Lozano – SINTUFSCar – Bco
- Grad. Victor Scripinic dos Santos
- Grad. Flávia Caroline A. Salmázio

A comissão se reuniu semanalmente de 6 de abril a 11 de maio, sempre as quintas-feiras as 9h da manhã no Anfiteatro da Reitoria, e houve uma reunião extraordinária no dia 15 de maio no mesmo horário e local. Houve participação dos membros nas reuniões com exceção das docentes Profa. Ana Lúcia Brandl e da Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz. A Profa. Ana Cristina enviou ao presidente da comissão a solicitação para ser excluída da comissão. Para a representação docente que ficou vaga, foi discutida no âmbito da comissão a indicação de um novo membro pela ADUFSCar, que foi solicitada a entidade. É importante ressaltar que além dos membros da comissão, o DCE, APG e SINTUFSCar também participaram de algumas reuniões, como pode ser visto nas atas das reuniões, no Anexo 1.

Os trabalhos foram iniciados esclarecendo as fontes de subsídios do RU, sendo o PNAES destinado aos bolsistas do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar (PAE) e a fonte de Recursos do Tesouro Nacional (RTN) e Recursos Próprios (RP) para custear o restante. Também foi exposto que o orçamento do RU está extrapolado o que causa a falta de recursos em outros setores, sendo o objetivo das discussões da comissão é levantar dados que possam apontar um nivelamento das contas do RU. A expansão da Universidade com o REUNI não previu os custos que esse crescimento traria no futuro, sendo que o orçamento é reajustado baseado na inflação e não no crescimento que a Universidade sofreu.



Em relação aos Recursos Próprios, um ato ConsUni citado na página da ProAd¹ define que os todos os recursos próprios da universidade, e isso inclui o montante arrecadado nos RUs, pode ter sua aplicação em uma grande diversidade de formas e áreas. **A comissão sugere a modificação dessa normativa, para que o montante arrecadado nos RUs possa ser utilizado para a aquisição de gêneros alimentícios dos próprios RUs, como os gêneros adquiridos pela agricultura familiar, uma nova prática que deve ser incentivada pelos benefícios que traz aos usuários do RU e para os agricultores dessa categoria.**

Pela regulamentação do Ato Administrativo do ConsUni No. 615 de 4 de junho de 2002, a universidade subsidiaria 40% do custo gênero das refeições, por meio de recursos próprios, além de subsidiar integralmente os alunos socioeconomicamente carentes. Pelo Ato Administrativo mencionado não existe distinção de categorias, mas foi pontuado pela comissão que o objetivo da discussão inclui garantir a permanência do aluno permitindo equilibrar as contas do RU e não gerar lucros. **É sugestão da comissão que uma nova normativa possa substituir o ato administrativo referido, incluindo as categorias de usuários e seus respectivos subsídios com suas fontes.**

Tendo em vista o custo diferenciado de cada RU em cada *campi*, inicialmente a comissão pensou em trabalhar com custos diferenciados, contudo, essa visão foi substituída pela unificação de um preço único. Foi levado em consideração o fato de que fora do *campus* de São Carlos o deslocamento das pessoas para se alimentarem é grande, além dos perfis dos estudantes serem diferenciados em cada localidade, como por exemplo, em Lagoa do Sino, onde o custo por refeição do contrato é o mais alto, mas também é onde o IDH é um dos mais baixos do estado de São Paulo.

Os custos dos RUs dos *campi* externos a São Carlos, são dados pelos contratos com as empresas terceirizadas que produzem o alimento, como dado na tabela a seguir:

Restaurantes Universitários	Araras	Sorocaba	Lagoa do Sino
Custo da refeição	R\$ 11,13	R\$ 7,58	R\$ 11,60

Já o custo do RU São Carlos é mais complexo de ser calculado. No Anexo 2, temos a planilha de cálculo do custo refeição do referido RU, sendo levado em consideração os seguintes custos:

- Gêneros alimentícios;
- Produção terceirizada;

¹ <<http://www.proad.ufscar.br/menu-lateral/orcamento>>. Apesar dos esforços da comissão, o referido ato ConsUni não foi encontrado.



- Estagiários;
- Contrato de qualidade da água;
- Contrato de controle de pragas;
- Gás;
- Produtos de limpeza;
- Energia elétrica.

O custo estimado para o RU São Carlos ficou em **R\$ 7,36**.

Considerando o número de refeições servidas em cada campi e o seu respectivo custo, foi calculado o custo médio das refeições, dado na tabela a seguir:

Valor de Refeições					
Campus	São Carlos	Sorocaba	Araras	Lagoa do Sino	Média (Valor Base)
Valor	R\$ 7,36	R\$ 7,57	R\$ 11,13	R\$ 11,60	R\$ 9,35
Número de Refeições	737.141	208.356	94.367	60.986	R\$ 7,96

O **custo médio** calculado, baseado no número de refeições, foi de **R\$ 7,96**.

O próximo passo da comissão, foi a discussão das categorias dos usuários dos RUs. A primeira categoria discutida foi em relação aos alunos de graduação, que atualmente conta com duas categorias, a de aluno bolsista do Programa de Assistência Estudantil (PAE), integralmente subsidiado pela fonte de recursos PNAES, e o aluno regular, subsidiado pela fonte de recursos RTN. Considerando que o teto do PAE é de R\$ 724,00 de renda per capita, e que uma grande gama de alunos estão acima do teto do PAE mas com renda per capita inferior a um salário mínimo e meio, desta forma **a comissão chegou ao consenso de criação de uma terceira categoria de alunos de graduação, a de bolsistas parciais, que seriam alunos que realizam ingresso pelos grupos 1 e 2 e se encontram na faixa socioeconômica citada.** Essa categoria também seria subsidiada pelo PNAES, pois o decreto No. 7.234 de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre sua regulamentação, tem em seu artigo 5º:

Art 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízos de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

Rodovia Washington Luiz, km 235

São Carlos - SP - Brasil CEP: 13565.905 -

Fone/Fax: (016) 3351-8121

proace@ufscar.br

Apesar de participar de algumas reuniões, o Diretório Central de Estudantes (DCE) não apresentou nenhuma proposta a respeito dos subsídios, mas discordou das propostas apresentadas.

Em relação aos estudantes de pós-graduação, foi colocado pela Associação de Pós-Graduação (APG) que ainda não foi institucionalizada a análise socioeconômica dessa categoria, e que isso seria necessário para apontar como essa categoria poderia ser subdividida e ter subsídios diferenciados. Também foi apontado pela mesma entidade, que quaisquer reajustes para essa categoria poderia inviabilizar que muitos alunos da pós-graduação, em especial os mais vulneráveis, continuassem utilizando os RUs.

A categoria dos técnicos administrativos, representada por membros do SINTUFSCar, pontuou através de um ofício (no Anexo 3), que esta categoria defende o subsídio total a esta categoria. De forma similar ao apontado pela APG em relação aos alunos de pós-graduação, foi apontado pelo SINTUFSCar que quaisquer reajustes para essa categoria poderiam inviabilizar que muitos técnicos administrativos continuassem utilizando os RUs.

A categoria dos docentes foi representada nas reuniões apenas pelo presidente da comissão, e até o momento do fechamento do relatório, o ADUFSCar não apontou um representante para substituição da Prof. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz. Na mesma categoria dos docentes, se enquadraram os pós-docs, tendo em vista que estes possuem os mesmos direitos perante a instituição.

Não houve nenhuma sugestão em relação a categoria dos estagiários, que podem realizar uma refeição gratuita por dia, lembrando que seu subsídio vem da fonte RTN.

No caso dos terceirizados, alguns apontamentos foram feitos pela comissão. O primeiro caso seria dos terceirizados que cuidam da confecção das refeições e da limpeza. Por acordo interno, esses funcionários e os técnicos administrativos do RU se alimentam gratuitamente. **A comissão aponta que nos contratos com os terceirizados que prestam serviço aos RUs seja pontuado que a empresa assuma os custos das refeições de seus funcionários. Em relação aos outros terceirizados, também é importante que o custo total ou subsidiado, conste no contrato com a empresa caso esta tenha interesse que eles utilizem os RUs para alimentação.**

Na quarta reunião da comissão, esteve presente a Profa. Ana Perdigão, que trouxe informações importantes sobre o cursinho da UFSCar, que se encontra no décimo oitavo ano de existência, com cerca de 260 alunos, no qual a renda per capita da maioria dos alunos é inferior a um salário mínimo e meio. Profa. Ana reforçou que para esses alunos é muito importante a utilização do RU, sendo uma média de 60 alunos do cursinho que comem regularmente no RU, média que equivale ao número de alunos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

Rodovia Washington Luiz, km 235

São Carlos - SP - Brasil CEP: 13565.905 -

Fone/Fax: (016) 3351-8121

proace@ufscar.br

trabalhadores do cursinho. Além disso reforçou que seria muito importante manter o acesso ao RU para esses alunos. **A comissão aponta que seja mantida a categoria de alunos do cursinho, e que essa o mesmo valor dos alunos de bolsa parcial.**

Em relação aos funcionários da FAI, esta fundação tem contribuído em alguns momentos para manutenção do RU, e dessa forma possui um saldo orçamentário a ser destinado ao subsídio de seus funcionários. A comissão aponta que o subsídio sugerido aos funcionários da FAI seria o mesmo dos técnicos administrativos, vindo dos recursos orçamentários da fundação. É importante salientar que esta é uma sugestão, e que a fundação pode definir seu valor de subsídio. De forma similar, **outros usuários advindos de projetos ou entidades institucionais tenham sua fonte de recursos próprios para subsidiar seus participantes a se alimentarem nos RUs.**

Em relação aos usuários dos RUs provenientes de eventos, é ainda necessário discutir a fontes dos subsídios, sendo que **a comissão apontou que é necessário sinalizar a sustentação desses eventos pela UFSCar, levando em conta que para atender esses eventos, existe um acréscimo do número de usuários dos RUs. É necessário que haja uma consulta dos setores a ProACE com antecedência, para que seja possível estudar a viabilidade e se fazer um planejamento anual.**

Por fim, a comissão aponta que os alunos de graduação e de pós-graduação de outras universidades pertenceriam a categoria de visitante, tendo seu valor sem subsídio.

Após a definição das categorias, a comissão discutiu os subsídios para cada uma dessas categorias. Surgiram duas propostas (vide Atas da primeira a quinta Reunião da Comissão no Anexo 1), contudo não houve consenso para um único apontamento. O dificultador para o apontamento dos subsídios, reside no fato da comissão não ter, até o momento da finalização deste relatório, a verba da administração destinada em especial ao RU São Carlos para 2017. Contudo, no intuito de trazer dados para uma futura discussão mais ampla, a comissão fez uma projeção dos gastos do RU São Carlos, como é mostrado no Anexo 4. Para esse cálculo, foi levado em conta o primeiro quadrimestre 2017, sendo que o mês de abril foi o único no qual o referido RU São Carlos funcionou integralmente. Para os oito meses restantes do ano, com exceção de julho e dezembro (onde existe um período de férias), todos os meses foram considerados com o serviço integral. **O montante total da projeção foi de R\$ 6.321.894,08.** A comissão ressalta que esse valor foi calculado levando em conta o número de refeições, mas que reajustes contratuais obrigatórios vão somar outros valores ao total.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

Rodovia Washington Luiz, km 235

São Carlos - SP - Brasil CEP: 13565.905 -

Fone/Fax: (016) 3351-8121

proace@ufscar.br

Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade
Presidente da Comissão

ANEXO 1

Atas das Reuniões da
Comissão



ATA DA 1ª REUNIÃO

Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios

Ao sexto dia do mês de abril de 2017, às 09h, na sala de reuniões do Anexo da Reitoria, reuniu-se a Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios designada pelo Ato Administrativo CoAd nº 283, de 30.03.2017, com a presença dos membros: Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente), Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi, Sr. Rafael Porto Santi, Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli, Grad. Victor Scripinic dos Santos, Grad. Flávia Caroline A. Salmázio e o representante do DCE Grad. Rafael Dangelo Marcondes Severi. Instalada a comissão e iniciados os trabalhos, procedeu-se a leitura do inteiro teor do processo pela comissão e apresentação da planilha de cálculos do RU pelo Prof. Leonardo aos membros. A comissão levantou questões como a fonte de recursos do RU. Fernando esclareceu que serão destinados ao RU o valor arrecadado com a venda dos tíquetes do RU, a verba PNAES para subsidiar os bolsistas do PAE e o RTN para custear o restante, divisão que não era feita até então. Fernando relatou ainda que fez uma simulação aumentando o valor das refeições dos T.As e docentes e isso pouco influência a conta final, pois representam apenas 10% dos usuários do RU. Esclareceu ainda que o aumento do tíquete nesse ano já pode ser utilizado esse ano pela instituição e pode ser aumentado em R\$1.000.000,00 a arrecadação para que esteja dentro do orçamento da Universidade, caso contrário o dinheiro volta para a União. Victor colocou que seria interessante divulgar para a comunidade acadêmica a situação orçamentária para que todos possam ter conhecimento e entender a necessidade do reajuste da refeição no RU. Fernando colocou que o orçamento do RU está extrapolado o que causa a falta de recursos em outros setores, o objetivo é nivelar as contas do RU, assim como de outros contratos que estão sendo revistos. A expansão da Universidade com o REUNI não previu os custos que esse crescimento traria no futuro, o orçamento é reajustado baseado na inflação e não no crescimento que a Universidade sofreu. Iniciou-se então a discussão do reajuste do valor das refeições. Prof. Leonardo colocou que é grande o número de solicitações para utilizar o RU por pessoas sem vínculo direto com a Universidade. Nos últimos meses a ProACE recebeu 40 solicitações para análise. Victor colocou que seria interessante estabelecer uma categoria visitante para abranger todos esses casos. Flávia questionou a questão da IFSP como fica. Prof. Leonardo colocou que é possível analisar a criação dessa categoria. Fernando colocou que seria interessante definir o valor baseado no subsídio do IFSP. Com relação aos estagiários da ProGPe, Fernando colocou que seria interessante mantê-los com a refeição gratuita tendo em vista ao valor da bolsa que eles recebem, que é muito baixo. Com relação aos Eventos foi colocado que o valor das refeições deveria ser subsidiado pelo organizador do evento. Seria interessante também estabelecer três categorias de alunos: bolsistas - 100% subsidiados, meio bolsistas - com metade do subsídio e



aluno regular. Seriam mantidas as categorias T.A.s, docentes e teria que ser revista como ficaria a situação das pessoas sem vínculo. Com relação aos terceirizados Prof. Leonardo colocou que os termos do RU foram revistos para serem padronizados, mas que seria interessante que eles tivessem acesso ao RU, pagando valor cheio, devido ao fato de não terem um refeitório adequado. Fernando colocou o caso da UAC, onde está estabelecido em contrato que o terceirizado faz a refeição na UAC e o valor referente à refeição é descontado na nota da empresa contratada. Isso deve ser apontado pela comissão. Prof. Leonardo colocou que o RU de cada campus terá que ter sua própria tabela, tendo em vista suas peculiaridades. A Comissão estabeleceu que o reajuste deverá ser feito anualmente. A ProAd irá disponibilizar a discriminação dos recursos utilizados no RU dos anos anteriores para os membros da Comissão. Baseado nas análises feitas, em São Carlos que o valor da refeição é R\$ 7,81 foi proposto o valor de R\$ 4,00 aluno regular e R\$ 2,00 aluno meia bolsa. Prof. Leonardo esclareceu que os alunos meia bolsa seriam os alunos que entraram por cota de renda, mas foram indeferidos no PAE, pois extrapolaram a renda per capita definida pelo Programa. É necessário definir como isso será operacionalizado. Esclareceu que hoje o DeSS conta com um sistema de bolsas que esporta uma planilha para o RU com a relação de bolsistas. Teria que ser pensado em uma base de dados para os alunos meio-bolsistas, integrado com o sistema da ProGrad que possui a informação a respeito do ingresso do aluno. A ProACE irá entrar em contato com a SIn para verificar essa possibilidade. Prof. Rafael colocou que o reajuste deveria ser feito em apenas uma parcela e não ao longo dos anos. Fernando colocou que seria interessante separar a aluno de graduação e pós-graduação, levando em conta que os mesmos recebem bolsa de estudos. Prof. Leonardo registrou que esteve em Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba e que os membros da comissão dos demais campi solicitaram que as próximas reuniões da comissão sejam feitas no anfiteatro da reitoria devido à necessidade da videoconferência. Voltando para a discussão do reajuste, Fernando sugeriu que o valor do aluno meia-bolsa seja R\$2,50 levando em consideração ao número de pessoas dessa categoria. Prof. Leonardo trará na próxima reunião um levantamento dos números de alunos que entrariam nessa nova categoria. Para o aluno de pós-graduação o valor seria R\$4,50. Pós-doc entraria na categoria docente o qual o valor seria R\$ 5,50. Os alunos visitantes pagariam conforme a categoria correspondente, aluno de graduação regular ou aluno de pós-graduação regular. Considerando os dados do ano passado, o reajuste da categoria aluno regular abrangeria um total de 33%, o que aumentaria aproximadamente R\$ 888.000,00 de arrecadação. Já os alunos meia-bolsa representaria R\$ 220.000,00. Elevando o valor da categoria T.A.s para R\$4,50 a arrecadação seria de aproximadamente R\$84.000,00 e docente aproximadamente R\$ 19.000,00. Um total de R\$ 1.100.000,00, valor necessário para fechamento das contas desse ano. Os demais, como IFSP, FAI, Rádio, NUMECOSol, terceirizados e estagiários obrigatórios pagariam tarifa cheia de R\$7,81 e entrariam na categoria visitante. Levando em consideração que o reajuste do IFSP teria que ocorrer após o novo convênio que seria discutido entre a reitoria das duas instituições. Na próxima reunião será discutido o



reajuste dos outros campi. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Luana Domingues Pereira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade – ProACE - Presidente	
Sr. Rafael Porto Santi – ProGPe	
Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli – ProAd	
Sr. Djalma Ribeiro Jr. – SAADE	
Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz – CECH	
Profa. Dra. Ana Lúcia Brandl – Diretora Campus Sorocaba	
Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi – Diretor Campus Lagoa do Sino	
Sra. Nadia Cristina Picelli – Campus Araras	
Sra. Marisa Cubas Lozano – SINTUFSCar – Bco	
Grad. Victor Scripinic dos Santos	
Grad. Flávia Caroline A. Salmázio	



ATA DA 2ª REUNIÃO

Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios

Ao décimo terceiro dia do mês de abril de 2017, às 09h, no Anfiteatro da Reitoria, reuniu-se a Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios designada pelo Ato Administrativo CoAd nº 283, de 30.03.2017, com a presença dos membros: Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente), Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi, Sr. Djalma Ribeiro Jr., Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli, Grad. Victor Scripinic dos Santos, Sr. Rafael Porto Santi, Grad. Flávia Caroline A. Salmázio e o representante do DCE Grad. Rafael Dangelo Marcondes Severi. Instalada a comissão e iniciados os trabalhos, Fernando solicitou que fosse realizada uma alteração na ata da 1ª reunião da comissão. Onde se lê "Fernando colocou o caso da UAC, onde está estabelecido em contrato que o terceirizado faz a refeição na UAC e o valor referente à refeição é descontado na nota da empresa contratada." deve ser lido "Fernando colocou o caso da UAC, onde estava estabelecido no contrato anterior que o terceirizado faria a refeição na UAC e o valor referente à refeição seria descontado na nota da empresa contratada." Seguindo os trabalhos da Comissão Djalma apontou que acredita que o intuito do trabalho dessa comissão sobre a ótica da SAADE e garantir a permanência do estudante de baixa renda e o RU é essencial para isso, o que fica implícito na ata da 1ª reunião da comissão. Com relação ao que foi discutido sobre os alunos de pós-graduação, registrou que não são todos que possuem bolsas e que muitos serão assistidos pelas ações afirmativas. Sendo necessário olhar com maior cuidado para essa categoria. Prof. Leonardo salientou que dentro da graduação quando o aluno entra ele passa por uma análise socioeconômica e que para entrar no PAE passa por outra avaliação. Sendo muito importante que os alunos de pós-graduação passem também por uma análise socioeconômica para que esse grupo em vulnerabilidade possa ser identificado. Djalma registrou que essa questão deve ser discutida e que acredita que a ProACE deve não só subsidiar apenas os estudantes de primeira graduação, mas também alunos de segunda graduação e pós-graduação. Prof. Leonardo esclareceu que a verba PNAES é voltada para alunos de graduação e que acredita que a Instituição deve lutar por uma fonte para a assistência aos alunos de pós-graduação. Iniciando as discussões sobre os valores do RU Prof. Leonardo disse acreditar que toda vez que houver um novo contrato para os RUs dos demais campi a Comissão deverá rever os valores cobrados pelas refeições, mas que nesse momento acredita que a Comissão deve trabalhar com os valores já existentes. Prof. Rafael colocou que no campus Lagoa do Sino, está sendo elaborado um contrato emergencial no valor de R\$ 10,00 a refeição, pois não haverá tempo hábil de entrar um novo contrato. Prof. Leonardo acrescentou que seria mais sólido trabalhar com o valor do atual contrato que é de R\$ 11,60. Prof. Rafael colocou que para a definição dos valores das refeições para cada categoria em Lagoa do Sino, deveria ser levado em consideração a região



onde o campus está inserido, pois se for levado em consideração o mesmo critério que foi adotado nos demais campi, o campus de Lagoa do Sino seria o que teria o maior valor, sendo que lá a maioria dos alunos são vulneráveis. Vitor colocou que se o valor fosse calculado pela média ponderada, para um valor fixo para todos os campi, o valor da refeição seria de R\$ 8,00. Fernando pontuou que o objetivo da comissão é garantir a permanência do aluno permitindo equilibrar as contas do RU e não gerar lucros, pontuou também que os 40% que foi utilizado para a alteração dos valores é uma regulamentação da CANOA, mas que acredita que o valor deve ser o mesmo para todos os campi, trabalhando com o preço máximo de R\$ 7,50, lutando para baixar o valor dos próximos contratos. Prof. Rafael concordou que o preço deve ser o mesmo para todos os campi. Djalma também concordou com a medida, destacando que se os valores das refeições fossem diferenciados em cada campi o valor das bolsas também deveriam ser revistos. Prof. Rafael acrescentou que trabalhar com a média ponderada ou com o valor mínimo da refeição de R\$ 7,50 é a melhor opção. Prof. Leonardo concordou com as colocações, levando em consideração que o deslocamento das pessoas para se alimentarem nos demais campi também é muito complexo e que deve ser sim utilizada uma única tabela para todos os campi. Fernando informou que há a verba Proap que poderia ser usada para o custeio da pós-graduação no RU, pois essa verba é destinada para o custeio dessa categoria. Djalma ressaltou que foi constituída uma Comissão para tratar da assistência estudantil na Pós-Graduação e que acredita ser interessante levar essas informações para a Comissão e que acredita ser importante fazer para os alunos da pós-graduação a mesma divisão de categorias que foi feito para os de alunos de graduação. Prof. Leonardo reforçou que a APG também foi convidada para participar da reunião e acompanhar os trabalhos da Comissão. Fernando reforçou que é preciso reequilibrar o RU para mantê-lo funcionando com a mesma qualidade de antes, pois da forma como está hoje o RU sofrerá cada vez mais com os cortes, como os de pão, arroz integral e suco que estão ocorrendo. Ficou então decidido que o preço será igual para todos os campi. Prof. Leonardo sugeriu que fosse feito a média ponderada. Djalma pontuou que a atual situação do RU não deve-se apenas ao fato do número de alunos que ingressaram na Universidade e que precisam de assistência estudantil, mas sim de vários equívocos na forma como as verbas do RU eram gerida e que o objetivo é que a Universidade receba cada vez mais pessoas e que possa acolher a todos. Prof. Leonardo concordou com a colocação feita e ressaltou que a comissão deve sim levar em consideração o contexto de cada campus e pontuou que é necessário pensar nesse "suspiro" para o RU para que ele continue funcionando e que é preciso pensar também na capacidade de refeições do RU que está no limite, colocou que está muito feliz com os passos que a Comissão está dando e que na próxima reunião é preciso ser discutido sobre as solicitações de utilização do RU que estão chegando a ProACE para que possa tomar providências com os pedidos que estão aguardando de forma emergencial, pois os casos são muito distintos. Prof. Rafael pontuou que as refeições devem ser subsidiadas para a comunidade da UFSCar e que os visitantes devem pagar o valor cheio das refeições. Mais informações serão trazidas para a próxima reunião para dar maior



subsídio para discussão do assunto. Com relação aos alunos bolsistas que são estagiários da UFSCar, Prof. Leonardo informou que foi feito um acordo com a ProGPe para que os mesmos também não recebam a carteirinha como estagiário, pois haviam alunos que estavam emprestando sua carteirinha para outros alunos. Prof. Leonardo também informou o caso da FAI, a qual já subsidiou o RU em diversas ocasiões e a qual terá esse valor revertido agora para subsidiar a alimentação de seus funcionários. Ficou mantido os valores discutidos na reunião anterior sendo alterado o valor do visitante para R\$ 8,20 tendo em vista a média ponderada realizada. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Luana Domingues Pereira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade – ProACE - Presidente	
Sr. Rafael Porto Santi – ProGPe	
Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli – ProAd	
Sr. Djalma Ribeiro Jr. – SAADE	
Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz – CECH	
Profa. Dra. Ana Lúcia Brandl – Diretora Campus Sorocaba	
Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi – Diretor Campus Lagoa do Sino	
Sra. Nadia Cristina Picelli – Campus Araras	
Sra. Marisa Cubas Lozano – SINTUFSCar – Bco	
Grad. Victor Scripinic dos Santos	
Grad. Flávia Caroline A. Salmázio	



ATA DA 3ª REUNIÃO

Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios

Ao vigésimo dia do mês de abril de 2017, às 09h, no Anfiteatro da Reitoria, reuniu-se a Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios designada pelo Ato Administrativo CoAd nº 283, de 30.03.2017, com a presença dos membros: Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente), Sr. Djalma Ribeiro Jr., Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli, Grad. Victor Scripinic dos Santos, Sr. Rafael Porto Santi, Grad. Flávia Caroline A. Salmázio, o representante do DCE Grad. Rafael Dangelo Marcondes Severi, a representante da APG Isabela Alline Oliveira, o representante da APG Gabriel Luiz Augusto, o representante do SINTUFSCar Sr. Daniel Moreti, a representante do SINTUFSCar Sra. Marineia Teresinha Duarte e o graduando representante do CoAd Leandro Moreira Gonçalves. Instalada a comissão Prof. Leonardo fez uma síntese das reuniões anteriores aos presentes. O primeiro ponto destacado foi o cálculo do custo do RU para todos os campi através de uma média ponderada, chegando ao valor de R\$ 8,20, foi decidida também a unificação dos valores para todos os campi levando em consideração as questões sociais. O segundo ponto foi a forma que será subsidiada as refeições, chegando as categorias aluno bolsista, subsidiado integralmente pelo PNAES, meio-bolsista, alunos que ingressaram por cota grupo 1 e 2, também tendo um valor com subsídio do PNAES, T.A., pós-graduando, docente e pós-doc. Com relação à pós-graduação destacou que é necessário que seja feito também análises socioeconômicas para essa categoria. Foi questionado pela APG como chegou ao custo da refeição. Fernando esclareceu que os valores foram calculados baseados no gasto real do RU. Prof. Leonardo irá enviar os dados financeiros para o. Isabela destacou que em pesquisas em outras universidades percebeu que diferente do RU, tanto os funcionários como os alimentos vêm das terceirizadas, sendo interessante a forma como o RU da UFSCar campus São Carlos está organizado, pois garante melhor a procedência dos alimentos. Isabela também solicitou o acesso aos contratos de todos os terceirizados para entender como está estruturado. Prof. Leonardo pediu para que a aluna procure à ProAd onde fica os contratos. Isabela também destacou que é importante ter acesso de como a verba do PNAES está sendo utilizado. Prof. Leonardo informou que o orçamento será apresentado na próxima reunião do CoACE. Isabela questionou se esses dados passaram pela PF, para não incorrer em improbidade administrativa. Prof. Leonardo esclareceu que assim como já informado em CoACE a ProACE recebeu a visita da Controladoria Geral da União e que estava tudo certo com o uso da verba, esclareceu ainda que diferente da gestão anterior pretende que a verba PNAES seja utilizada apenas para subsidiar os bolsistas, diferente do que era feito anteriormente, com subsídio de RU, fato que não está incorreto, pois segundo o PNAES a verba é destinada para usar preferencialmente com bolsistas, o que abre margens para utilização da verba para outras finalidades. Fernando reforçou ainda que o retorno que houver com a venda das refeições do RU será utilizado



integralmente para o RU. Iniciou-se então as discussões sobre as solicitações de utilização do RU que chegaram a ProACE. Djalma colocou que é importante que haja uma consulta se a UFSCar já possui regulamentação que normatiza esses casos. O mesmo encontrou uma resolução do ConsUni que normatiza que os pós-doutorandos e pesquisador visitante deve ter o mesmo direito de acesso que os docentes. Reforçou ainda que é preciso verificar se há essa resolução para outros convênios, para que a Comissão não incorra em tomar uma decisão contrária ao que já está regulamentado. Prof. Leonardo concordou com o ponto levantado e destacou que essa pesquisa deveria ser feita na SOC. Rafael colocou que pensando nos convênios seria interessante fazer uma consulta a ProEx se há formas de subsidiar esses eventos. Prof. Leonardo colocou que o RU está atuando em sua capacidade máxima, que chegou à ProACE solicitação para liberar o RU para 200 participantes de um evento como aluno regular. Como já levantado em outras reuniões Prof. Leonardo destacou que essas refeições teriam que ser subsidiadas pelo organizador do evento, mas que na atual situação do RU, essa solicitação não terá como ser atendido devido ao fato de o RU estar em sua capacidade máxima. Aluno visitante, Prof. Leonardo entrará em contato com a SRInter, para verificar se há um convênio. Já com relação a alunos especiais, Djalma sugeriu que sejam consultados os editais de aluno especial. Rafael em consulta ao o último edita de aluno especial de graduação, os alunos possuem o mesmo direito que os alunos regulares. Prof. Leonardo reforçou a questão do controle de acesso ao RU, que precisa ser sistematizado uma forma para permitir o controle de acesso nesses casos. Djalma levantou que já que os alunos especiais têm os mesmos direitos, seria interessante que os mesmos tivessem a carteirinha. Djalma colocou que é interessante contatar à ProGrad e a ProPG como esses alunos são inseridos no sistemas, e em sendo tratados como alunos regulares que os mesmos também recebe a carteirinha. Prof. Leonardo reforçou que é preciso trazer para a próxima reunião da Comissão um representante da ProGrad, ProPG, SRINter e SIn para esclarecer como lidam com esses casos, para que a Comissão possa dar encaminhamentos no sentido de operacionalizar o acesso dos casos que já estão regulamentados. Também a os casos de apoio técnico em pesquisa, esses por não serem aluno especial, nem aluno visitante, e não havendo regulamentação, Prof. Leonardo sugeriu que o valor fosse de visitante, ou que fosse feito um formulário diferenciado para essa categoria. Marinéia colocou que acredita que a contrapartida que essas pessoas dão a Universidade é muito grande, para serem considerados como visitantes. Fernando sugeriu que essas pessoas sejam encaixadas na categoria de T.A.s por desenvolverem trabalho técnico, caso não haja nenhuma normativa regulamentando a categoria. Foi colocado pela comissão que além do formulário de solicitação de autorização para o RU é necessário anexar a documentação que comprove o vínculo. Fernando colocou que a questão do controle de acesso ao RU não cabe a Comissão, que isso deve ser discutido pelas Pró-Reitorias envolvidas, destacando que o papel da Comissão é realizar a categorização. Prof. Leonardo concordou com a colocação destacando que a questão do controle de acesso deve ser um apontamento da Comissão em seu relatório final. Vitor questionou se os alunos



especiais e visitantes continuaram precisando fazer a solicitação de autorização de acesso ao RU. Fernando colocou que a partir da definição feita, se aprovada, os alunos visitantes e especiais terão que procurar a Pró-Reitoria à qual estiver vinculado para solicitar o acesso ao Ru, uma vez que esses casos já estão regulamentados, o que ficará na ProACE são os casos de eventos. Com relação aos casos de apoio técnico Isabela sugeriu que o valor cobrado não fosse de T.A. e sim que esse valor fosse cobrado conforme a vinculação do projeto com as respectivas Pró-Reitorias. Prof. Leonardo também solicitou que constasse em ata a importância de a Comissão apontar a criação de tíquetes diferenciados, após a nova categorização para os demais campi que utilizam esse método. Retomando o caso da FAI, Rádio esses pagariam como T.As. Já a questão do IFSP teria que ser revista na celebração de um novo convênio. Já com relação aos eventos Djalma levantou que é necessário a comissão sinalizar a sustentação desses eventos pela UFSCar, levando em conta que para atender esses eventos, se tira as refeições dos que precisam do RU diariamente, levando em conta que as realizações dos eventos são importantes para a Universidade. É necessário que haja uma consulta dos setores a ProACE com antecedência, para que seja possível estudar a viabilidade e se fazer um planejamento anual. Fernando colocou que é necessário tomar cuidado com as discussões que são feitas no facebook sobre esse assunto, pois a comissão é uma assessoria para que o Conselho possa tomar uma decisão, tudo que está sendo discutido, será deliberado por um Órgão Colegiado, não é a Comissão que decide. Isabela colocou que seria interessante que houvesse uma resposta oficial para esses casos, para que tudo fique claro. Já sobre a pós-graduação, Isabela, destacou que o que se sabe sobre essa categoria é que em sua maioria não recebem bolsa e que está em processo de definição às ações afirmativas direcionada para a pós-graduação e destacou que é necessário pensar como será subsidiado esses casos. Fernando colocou que nesses casos o subsídio não sairia do PNAES e sim de RTN. Prof. Leonardo reforçou que sendo estabelecido esse programa de ações afirmativas para pós-graduação, seria necessário rever a categorização do RU, mas reforçou que é preciso que esse mapeamento seja feito para efetuar a alteração. O Grad. Leandro questionou se será feita uma consulta pública antes da deliberação dos Órgãos Colegiados. Prof. Leonardo colocou que esse é um apontamento que pode ser feito pela Comissão. Fernando complementou que os representantes solicitem formalmente ao ConsUni essa apresentação para a comunidade, pois foge da alçada da Comissão essa decisão. Prof. Leonardo colocou que é importante que o Relatório da Comissão já comece a ser elaborado tendo como base as atas das reuniões. Fernando solicitou que seja levantado o número de alunos meia bolsa, para que a Comissão consiga fazer as previsões financeiras. Vitor reforçou que esse detalhamento seja anexado ao relatório, assim como os demais dados levantados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Luana Domingues Pereira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.



Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade – ProACE – Presidente	
Sr. Rafael Porto Santi – ProGPe	
Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli – ProAd	
Sr. Djalma Ribeiro Jr. – SAADE	
Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz – CECH	
Profa. Dra. Ana Lúcia Brandl – Diretora Campus Sorocaba	
Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi – Diretor Campus Lagoa do Sino	
Sra. Nadia Cristina Picelli – Campus Araras	
Sra. Marisa Cubas Lozano – SINTUFSCar – Bco	
Grad. Victor Scripinic dos Santos	
Grad. Flávia Caroline A. Salmázio	



ATA DA 4ª REUNIÃO

Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios

Ao vigésimo sétimo dia do mês de abril de 2017, às 09h, no Anfiteatro da Reitoria, reuniu-se a Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios designada pelo Ato Administrativo CoAd nº 283, de 30.03.2017, com a presença dos membros: Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente), Sra. Nadia Cristina Picelli, Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli, Sra. Marisa Cubas Lozano, Grad. Victor Scripinic dos Santos, o representante do DCE Grad. Rafael Dangelo Marcondes Severi, a representante da APG Isabela Alline Oliveira, o representante da APG Gabriel Luiz Augusto, a representante do SINTUFSCar Sra. Marineia Teresinha Duarte e a Profa. Ana Perdigão representante do cursinho UFSCar. Instalada a comissão Prof. Leonardo fez uma síntese das reuniões anteriores. Fernando apresentou a planilha com os cálculos realizados para todos os presentes que propunha a apresentação pela Comissão ao ConsUni de uma forma de subsídio diferente da aprovada pela CANOA, levando em consideração as questões socioeconômicas analisadas. Alunos (bolsa integral) e estagiários ProGPe seriam 100% subsidiados; alunos (bolsa parcial) 70% pagando R\$2,50; alunos de graduação, pós-graduação e técnicos de projetos e NumiEcosol 50% pagando R\$4,00; T.A., FAI e Rádio 45% pagando R\$4,50; e docentes e pós doc 25% R\$6,00. Fernando informou que há outra resolução da CANOA que define que o valor arrecadado no RU não pode ser utilizado para custeio do mesmo. Sugeriu então que fosse encaminhado ao CoAd uma proposta para alterar essa resolução, permitindo que a arrecadação possa ser utilizada integralmente no RU. Isabela questionou como é feito o custeio da UAC, se há verbas do RU sendo investidas lá. Prof. Leonardo informou que esse ano foram gastos R\$ 7.664,50 de PNAES e R\$ 48.061,35 de RTN e esclareceu que é preciso comprar os alimentos da UAC pelo RU, devido a quantidade a ser adquirida ser muito pequena para ser feita separadamente. Prof. Leonardo apresentou então a Profa. Ana representante do cursinho que expôs sobre o mesmo aos membros da Comissão informando que esse é o décimo oitavo ano de existência do cursinho, com cerca de 260 alunos, no qual a renda per capita da maioria dos alunos é inferior a um salário mínimo e meio. Profa. Ana reforçou que para esses alunos é muito importante a utilização do RU, sendo uma média de 60 alunos do cursinho que comeriam regularmente no RU, média que equivale ao número de alunos trabalhadores do cursinho e reforçou que seria muito importante manter o acesso ao RU para esses alunos e não à R\$ 4,00, pois esse valor seria muito alto para essa categoria. Vitor questionou se o período do cursinho é o mesmo de uma graduação. Profa. Ana informou que esse ano o cursinho começou em fevereiro e a previsão de término é em novembro, devido a data do ENEM. Prof. Leonardo sugeriu que essa categoria fosse colocada na categoria bolsa parcial, pagando um valor de R\$ 2,50, mas subsidiados por RTN e não PNAES. Foi aprovado essa proposta pela Comissão. Profa. Ana sugeriu que a categoria de docentes e pós doc pagassem o valor da refeição total, caso isso



pudesse ser revertido em subsídio para outras categorias. Prof. Leonardo informou que a representante dos docentes Profa. Ana Cristina pediu para ser desligada da comissão e sugeriu que a comissão solicitasse ao ADUFSCar a indicação de um novo representante docente. Isabela colocou que o valor de R\$ 4,00 é impraticável para a categoria de pós-graduação. Fernando reforçou que enquanto não houver análises socioeconômicas da pós-graduação não é possível fazer essa categorização. Prof. Leonardo reforçou que a Comissão pode propor que a partir do momento que as análises socioeconômicas passarem a ser feita para essa categoria esse valor possa ser revisto. Isabela também colocou que discorda com o valor de graduação de R\$ 4,00. Fernando colocou que não concorda com a diminuição do valor para todos os graduandos, pois não são todos que se enquadram na categoria de graduandos em vulnerabilidade. Gabriel colocou que é direito de todos o acesso ao RU. Fernando esclareceu que o subsídio foi feito pensando em ajudar aos alunos em vulnerabilidade. Isabela colocou que para ser tomada essa decisão e fixado esse valor de R\$ 4,00 então todos os alunos ao ingressarem na Universidade devem passar por uma análise socioeconômica para saber em qual categoria se enquadra. Prof. Leonardo disse que acredita que essa proposta seria ideal, mas que a ProACE não tem condição de fazer essa análise socioeconômica global da Universidade. Prof. Leonardo também informou que a representante indicada pelo CoACE para fazer parte dessa comissão foi convidada para participara da reunião, mas que a mesma só passará a fazer parte da comissão após aprovação do CoAd. Rafael colocou que deve ser feita uma conscientização aos alunos que utilizam o RU e não a aplicação desse valor de R\$ 4,00 para todos os graduandos. Fernando esclareceu que a resolução que a Universidade possui define que o subsídio deve ser de 40% e que a Comissão já está fazendo uma proposta de aumentar esse subsídio justamente pensando nas questões socioeconômicas. Rafael questionou o porquê foi seguido o valor de R\$1.200.000,00 de arrecadação para estipulação dos valores das refeições do RU. Fernando esclareceu que esse foi o teto estipulado, pois é o máximo que pode ser revertido para o RU. Rafael colocou que acredita que as ferramentas que a comissão possui são insuficientes para decidir o preço para cada categoria, por exemplo, com relação aos valores estipulados para os docentes questionou se há algum lugar onde está estipulado que o subsídio deve ser de 25%. Marisa colocou que concorda com a necessidade de mais ferramentas, mas entende que a Universidade não as possui e questionou o que o aluno sugeriria frente a esse cenário. Rafael sugeriu que o valor reajustado fosse menor já que a comissão não tinha como estipular os impactos do aumento desse valor, sugeriu também que a comissão apontasse um aumento gradual desse valor e que houvesse uma discussão com a comunidade universitária a respeito do assunto. Prof. Leonardo colocou que já foi apontado pela comissão a necessidade de uma discussão com toda a universidade e que com as ferramentas que possuem hoje a comissão pode indicar, por exemplo, a categoria de bolsa parcial e reforçou que acredita ser importante ter o apontamento de valores pela comissão. Marineia colocou que os T.As também são divididos em categorias, assim como docentes, que há efetivos e substitutos, e reforçou que isso deve ser pensando e a tabela deve ser discutida e



flexibilizada. Victor colocou que somado T.As e docentes a utilização do RU é de 2%, sendo um impacto mínimo. Marineia colocou que não é uma questão de impacto e sim de justiça social. Também colocou que precisa ser apontada pela comissão a alteração do contrato dos funcionários do RU que são 100% subsidiados. Victor colocou que deve ser um apontamento já para a próxima reunião do ConsUni a alteração da Resolução que prevê que o valor arrecadado pelo RU não possa ser utilizado para o custeio do mesmo. Fernando ressaltou que hoje há um grande desequilíbrio do RU, que concorda com um aumento menor do valor das refeições, mas que isso não permite que o RU seja equilibrado. Prof. Leonardo colocou que hoje cerca de 30% do custo do RU é subsidiado pelo PNAES, sendo o restante subsidiado por RTN. Acrescentando que dessa forma não haveria como manter o RU até o fim do ano. Rafael levantou que o estabelecimento dessa comissão já foi um avanço, mas que ainda acredita que o valor de R\$ 4,00 deve ser menor, que acredita que haverá uma resistência, então sendo assim acredita que deve haver uma ampla discussão com a comunidade acadêmica, pois se não é possível estabelecer esse valor por ferramentas, que ele seja estabelecido por um levantamento junto a todos. O aluno questionou qual o valor mínimo para que o RU continue funcionando. Prof. Leonardo esclareceu que é justamente o valor de R\$ 4,00. Marisa colocou que entende a posição do aluno, que já foi graduanda e pós-graduanda na Universidade, mas que a UFSCar preza pela excelência acadêmica e que é preciso garantir que os departamentos continuem funcionando com qualidade, além de que não acredita ser possível nivelar por baixo o valor do RU, pois dessa forma a Universidade não poderia garantir a qualidade que o RU tem hoje. Marisa também fez a proposta de estender a categorização por renda per capita para todas as categorias. Fernando colocou que essa proposta é interessante, pois força a universidade a ter essa análise socioeconômica que é essencial. Marisa reforçou que concorda que é necessário ter uma proposta por essa comissão, para que possa haver uma contraproposta para ser analisada. Marisa sugeriu ainda que o DCE e a APG trouxessem uma contraproposta para próxima reunião para discussão dos valores. Fernando colocou que uma proposta seria o estabelecimento do valor por renda per capita e não por categoria. Prof. Leonardo colocou que com isso a Universidade teria que realizar a análise socioeconômica de todas as categorias para que essa proposta fosse viável. Prof. Leonardo reforçou a necessidade de a APG e o DCE trazer na próxima reunião uma contraproposta aos valores estabelecidos, para serem discutidos pela comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Luana Domingues Pereira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.



Universidade Federal de São Carlos
Processo de Apuração



Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade – ProACE – Presidente	
Sr. Rafael Porto Santi – ProGPe	
Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli – ProAd	
Sr. Djalma Ribeiro Jr. – SAADE	
Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz – CECH	
Profa. Dra. Ana Lúcia Brandl – Diretora Campus Sorocaba	
Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi – Diretor Campus Lagoa do Sino	
Sra. Nadia Cristina Picelli – Campus Araras	
Sra. Marisa Cubas Lozano – SINTUFSCar – Bco	
Grad. Victor Scripinic dos Santos	
Grad. Flávia Caroline A. Salmázio	



ATA DA 5ª REUNIÃO

Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios

Ao quarto dia do mês de maio de 2017, às 09h, no Anfiteatro da Reitoria, reuniu-se a Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios designada pelo Ato Administrativo CoAd nº 283, de 30.03.2017, com a presença dos membros: Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente), Sr. Rafael Porto Santi, Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli, Sra. Marisa Cubas Lozano, o representante da APG Gabriel Luiz Augusto, o representante do SINTUFSCar Sr. Daniel Moreti e a representante do SINTUFSCar Sra. Marinéia Teresinha Duarte. Instalada a comissão Prof. Leonardo informou que foi conversado com a ProAd o que era possível para estabelecer o mínimo possível para os valores das refeições. O custo da refeição chegou a R\$7,46, retirando da conta algumas despesas. Foi feita então uma proposta para realização da alteração dos valores das refeições em dois períodos, primeiramente em 01/08/2017 e posteriormente 01/03/2018 nos valores de (Aluno graduação e pós-graduação bolsa parcial e cursinho: R\$ 2,20 - R\$ 2,50; Alunos de graduação e pós-graduação, FAI e Rádio; Téc Projetos e NumiEcosol: R\$ 3,00 - R\$ 3,50; T.A: R\$ 3,50 - R\$ 4,00; docente e pós-doc: 5,00 – 5,50; aluno bolsa integral e estagiário ProGPe: R\$ 0,00). Marinéia colocou que levará essa proposta para a assembleia do SINTUFSCar no dia 10/05. Prof. Leonardo informou que a Comissão pretende apresentar um relatório parcial na próxima reunião do CoAd que será no dia 11/05, pois acredita que seja necessário abrir a proposta para discussão de toda Comunidade Universitária, antes de seguir para o ConsUni. Prof. Leonardo recordou também a sobre a análise feita dos pedidos de alunos visitantes e colocou que o regulamento que diz que os alunos especiais têm os mesmos direitos que os graduandos, na diz respeito aos direitos acadêmicos, já a pós não possui uma normativa, sendo assim acredita que o melhor seria coloca-los no preço cheio que é de visitante. Marinéia irá verificar na ProPG WEB quantos são esses alunos especiais. Marisa disse que é importante verificar qual seria o impacto desses alunos no RU. Gabriel disse que no ultimo COPG houve uma discussão sobre alunos intercambistas e que muitos não tem condição socioeconômica. Prof. Leonardo esclareceu que alguns alunos vêm para desenvolver pesquisas na UFSCar, esses se enquadrariam na categoria visitante, já os alunos que vem e estão dentro de um Programa havia ficado definido que esses pagariam como T.A. Gabriel informou que também lavará a proposta feita para a APG para discussão. Prof. Leonardo disse que recebeu vários e-mails de alunos que estão fazendo uma discussão paralela ao DCE que gostariam que o Professor fosse até eles para esclarecer alguns pontos. Prof. Leonardo informou que os convidou para participar da reunião da comissão, mas que ninguém estava presente. Prof. Leonardo informou também a preocupação da diretora da Divisão de Nutrição e Alimentação quanto ao RU estar trabalhando em sua capacidade máxima, podendo ocorrer à falta de alimentos ao longo do período das refeições. A mesma fará um relatório do caso. Daniel questionou se essa questão



pode ser levada ao Governo Federal para conseguir apoio. Marisa concordou com a colocação feita e acredita que é necessário apresentar a situação para o Governo Federal. Prof. Leonardo colocou que uma possibilidade seria uma ementa parlamentar, mas no atual cenário do país acredita que isso seja muito difícil. Ficou definido que a Comissão irá trabalhar no Relatório Parcial para apresentação no CoAd. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Luana Domingues Pereira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade – ProACE – Presidente	
Sr. Rafael Porto Santi – ProGPe	
Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli – ProAd	
Sr. Djalma Ribeiro Jr. – SAADE	
Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz – CECH	
Profa. Dra. Ana Lúcia Brandl – Diretora Campus Sorocaba	
Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi – Diretor Campus Lagoa do Sino	
Sra. Nadia Cristina Picelli – Campus Araras	
Sra. Marisa Cubas Lozano – SINTUFSCar – Bco	
Grad. Victor Scripinic dos Santos	
Grad. Flávia Caroline A. Salmázio	



ATA DA 6ª REUNIÃO

Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios

Ao décimo primeiro dia do mês de maio de 2017, às 09h, no Anfiteatro da Reitoria, reuniu-se a Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios designada pelo Ato Administrativo CoAd nº 283, de 30.03.2017, com a presença dos membros: Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente), Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli, discente Vitor Spritinic, Sra. Marisa Cubas Lozano, o representante da APG Gabriel Luiz Augusto, o representante do SINTUFSCar Sr. Daniel Moreti, a representante do SINTUFSCar Sra. Marinéia Teresinha Duarte e o discente representante do CoAd Leandro Moreira Gonçalves. Instalada a comissão Prof. Leonardo informou que iniciou o relatório e que gostaria de ouvir as contrapropostas das categorias. Gabriel relatou que em reunião na APG os mesmos se mostraram contrários às propostas apresentadas e registrou que apresentaram uma contraproposta no ConsUni, os mesmos solicitaram que seja feita uma discussão junto as terceirizadas para verificação de valores. Também colocou que acreditam que em três meses não é possível constituir uma equipe técnica para fazer as análises socioeconômicas da pós-graduação. Prof. Leonardo registrou que também acredita que nesse curto espaço de tempo realmente não seria possível à realização das avaliações socioeconômicas da pós-graduação e que registraria a posição da APG no relatório. Marinéia colocou que em reunião da categoria foi elaborado um ofício que será entregue a Comissão. Fernando colocou que em reunião com o Pró-Reitor Adjunto, Sr. Luciano, foi colocado que não é responsabilidade do CoAd discutir o aumento dos valores do RU, isso deveria ser discutido pelo ConsUni, sendo assim propôs que fossem desconsideradas todas as propostas e que se aproveitasse apenas o estudo de custos executado para apresentação dessa Comissão. Acrescentou que deveria ser colocado no Relatório que não será aumentado o valor do RU nesse momento, que a Comissão apresentará o estudo de custos no Relatório para que sirva de subsídios para a discussão quanto o aumento dos valores das refeições no ConsUni. Também registrou que acredita que a Comissão deve encaminhar que o subsídio de 40% hoje regulamentado é inviável e que deve ser discutido pelo ConsUni. Fernando também propôs que fosse levado um levantamento da realidade do primeiro quadrimestre desse ano para fazer um comparativo com 2016, assim seria possível apresentar que o orçamento para o RU é um valor x, baseado no primeiro quadrimestre, em especial abril que foi um mês cheio de capacidade máxima. Havendo um déficit será passado para o ConsUni para que seja comunicado de onde será necessário retirar a verba. Informou ainda que todos os contratos estão sendo revistos, justamente para equilibrar os orçamentos. Vitor questionou como que o governo pode fazer os cortes sendo que há um orçamento. Fernando explicou que o que o governo faz é um contingenciamento, se a arrecadação do governo é menor, esse valor é liberado quando a arrecadação é equilibrada. Daniel registrou que o trabalho dessa comissão foi muito importante e de grande



valor, sendo muito importante tudo que foi levantado para subsidiar discussões futuras. Registrou que o que gerou a contrariedade da categoria é o fato de acreditarem que essa decisão deveria ser levada ao ConsUni e que esperam com essa decisão de fato construir de forma mais paritária entre as categorias uma solução para o RU. Isso também garante que tudo o que foi construído pela comissão não seja perdido e acredita que as propostas devem ser levadas junto com o orçamento para também servir de subsídio para a nova comissão. Marinéia registrou que é necessário que todos estejam juntos para decisão de para onde vai o orçamento. Além disso, pediu que fosse recolocada a placa da construção do RU após a finalização da reforma. Leandro colocou que concorda com a proposta feita pelo Fernando. Ficou definido que o relatório será montado baseado no orçamento e que a comissão irá indicar que o subsídio de 40% é impraticável. Os últimos apontamentos e as atas das reuniões serão colocados anexos ao relatório. Fernando apresentou então o orçamento para Comissão. Marisa perguntou por que o custo com manutenção de equipamento foi retirado da conta. Fernando esclareceu que é uma decisão da Universidade que depreciação não entre como custos, são considerados patrimônios. Quando é necessário fazer uma manutenção a verba sai de RTN. A Comissão tirou outras dúvidas sobre o orçamento, como custo com telefone e energia elétrica. Prof. Leonardo enviou a planilha de catraca para os membros da Comissão. Prof. Leonardo também informou sobre a proposta feita na última reunião do CoACE de criação de um comitê gestor para o RU para que comunidade possa participar mais da forma como funciona o RU. Fernando registrou que já há um comitê gestor para a aquisição dos alimentos da agricultura familiar, que esses comitês terão que trabalhar juntos e que acredita ser importante os alunos registrarem suas preferências para que possa inclusive facilitar o processo de aquisição dos alimentos. Ficou agendado uma reunião para o dia 15/05 às 9h. Também ficou definido a inclusão no Relatório das discussões sobre as categorias, que era um dos objetivos da Comissão, sem apresentar valores e a posição apresentada pela APG e SINTUFSCar. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Luana Domingues Pereira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.



Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade – ProACE – Presidente	
Sr. Rafael Porto Santi – ProGPe	
Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli – ProAd	
Sr. Djalma Ribeiro Jr. – SAADE	
Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz – CECH	
Profa. Dra. Ana Lúcia Brandl – Diretora Campus Sorocaba	
Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi – Diretor Campus Lagoa do Sino	
Sra. Nadia Cristina Picelli – Campus Araras	
Sra. Marisa Cubas Lozano – SINTUFSCar – Bco	
Grad. Victor Scripinic dos Santos	
Grad. Flávia Caroline A. Salmázio	



ATA DA 7ª REUNIÃO

Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios

Ao décimo quinto dia do mês de maio de 2017, às 09h, no Anfiteatro da Reitoria, reuniu-se a Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios designada pelo Ato Administrativo CoAd nº 283, de 30.03.2017, com a presença dos membros: Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente), Prof. Rafael Henrique Longaresi, Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli, discente Victor Spritinic, discente Flávia Caroline A. Salmázio, Sra. Marisa Cubas Lozano e a representante da APG Isabela Alline. Instalada a comissão Prof. Leonardo colocou que o objetivo da reunião era fazer uma projeção a partir dos gastos do início do ano de 2017. Relembrou as posições colocadas pelo SINTUFSCar e APG na última reunião realizada e a colocação do Fernando da possibilidade de se fazer um arranjo para esse ano a partir do orçamento e previsão de gastos. Fernando colocou que será apresentado o orçamento do RU no CoAd e que a diferença entre o orçamento e a estimativa de gastos desse ano é que deverá ser discutida no ConsUni. A previsão de gastos é de R\$ 6.900.00,00. Equivalente a 1,5 milhão e meio a mais do que foi gasto no RU de São Carlos no ano anterior, devido ao aumento do consumo e dos ajustes contratuais das terceirizadas. O objetivo é encontrar um custo de R\$7,50 para as licitações. Prof. Leonardo colocou que nos outros campi já foram feitos cortes de pão, suco e arroz integral. Estão sendo previstos novas licitações para o fim do ano para o RU de São Carlos com a revisão dos contratos. O objetivo também é renovar os contratos a cada trimestre ao invés de anualmente. Prof. Leonardo colocou que sua preocupação é que 30% dos gastos do RU é PNAES e o restante RTN, mantendo-se o preço das refeições que esta hoje e levando em consideração os reajustes não será possível comprar alimentos para o RU a partir de outubro desse ano. Fernando sugeriu que a comissão faça uma solicitação ao CoAd para que o dinheiro da catraca do RU seja utilizado para o custeio do RU apenas. Prof. Leonardo disse que possui o regulamento sobre a destinação dessa verba e que esse pode ser um apontamento da Comissão no relatório. Pelos cálculos feitos pelo discente Victor até o fim do ano a previsão é servir 840.000 refeições no valor de R\$7,50, o que chega a um gasto é de aproximadamente de R\$ 6.300.000,00 sem levar em consideração o aumento das terceirizadas. Prof. Leonardo se comprometeu de fechar o relatório ainda hoje e enviar aos membros da comissão para análise e complementação. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Luana Domingues Pereira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.



Universidade Federal de São Carlos
Processo de Apuração



Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade – ProACE – Presidente	
Sr. Rafael Porto Santi – ProGPe	
Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli – ProAd	
Sr. Djalma Ribeiro Jr. – SAADE	
Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz – CECH	
Profa. Dra. Ana Lúcia Brandl – Diretora Campus Sorocaba	
Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi – Diretor Campus Lagoa do Sino	
Sra. Nadia Cristina Picelli – Campus Araras	
Sra. Marisa Cubas Lozano – SINTUFSCar – Bco	
Grad. Victor Scripinic dos Santos	
Grad. Flávia Caroline A. Salmázio	

ANEXO 2

Planilha de Custo do

RU São Carlos

Planilha 2 - Custos do Restaurante Universitário da UFScar - Campus São Carlos - Ano de 2016 (Base de Cálculo para Custo por Refeição)

Componente do Custo	%	ACUMULADO	Mês											
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Set	Out	Nov	Dez
ALIMENTAR	46,87%	2.543.628,02	51.603,39	111.389,51	327.160,06	351.972,71	394.834,98	306.337,61	19.115,73	248.115,44	103.271,03	132.977,48	359.331,96	148.567,32
Gêneros Alimentícios														
RU refeições servidas														
RU distribuições *														
TOTAL		2.543.628,02	51.603,39	111.389,51	327.160,06	351.972,71	394.834,98	306.337,61	19.115,73	248.115,44	103.271,03	132.977,48	359.331,96	148.567,32
UFScar (14)														
Mão-de-obra	44,00%													
Produção (39)			129.523,80	130.764,29	129.349,28	130.764,29	132.625,02	138.076,12	138.346,49	138.966,73	135.416,12	138.966,73	138.966,73	135.932,99
Higienização (20)			60.362,26	60.362,26	60.275,81	60.189,38	58.589,96	60.362,26	59.584,17	59.670,83	59.943,54	59.670,83	64.913,00	116.305,17
Estagiários (6)														
TOTAL		2.387.827,65	189.886,06	191.128,55	188.625,09	190.953,65	191.214,98	196.438,38	195.930,66	198.637,36	195.295,04	198.637,36	201.879,73	262.238,16
Qualidade da Água														
Integrado de Pragas														
TOTAL	0,75%	40.707,03	3.483,23	3.483,23	3.483,23	3.483,23	3.483,23	3.483,23	3.692,18	3.692,18	3.692,18	3.692,18	2.945,91	2.095,02
Contratos Serviços Controle														
Gas	3,55%													
TOTAL		192.789,72	15.600,52	17.939,44	25.034,35	29.835,00	29.246,92	27.329,52		21.349,12	8.900,32	11.600,16	4.967,04	1.971,32
Almoxarifado														
Específicos	2,37%													
TOTAL		114.538,31												
Produtos de Limpeza														
TOTAL		128.534,15												
Descartáveis	0,03%													
TOTAL		1.650,20	1.458,20	1.458,20	1.458,20	1.458,20	1.458,20	1.458,20	1.458,20	1.458,20	1.458,20	1.458,20	1.458,20	1.458,20
Outros Gastos	2,43%													
Xerox														
Material Escritório														
Energia Elétrica														
Correios														
Manut. Equipamentos														
TOTAL		131.665,32	9.733,67	14.532,10	11.236,53	1.131,72	8.415,10	8.034,21	8.199,29	9.679,84	12.625,62	16.577,38	11.594,67	19.024,98
TOTAL		5.426.782,09	296.104,75	322.306,57	327.399,77	354.299,77	359.126,27	364.561,42	364.460,30	369.337,61	370.889,76	380.874,02	395.525,94	422.988,25
TOTALS		2.543.628,02	51.603,39	111.389,51	327.160,06	351.972,71	394.834,98	306.337,61	19.115,73	248.115,44	103.271,03	132.977,48	359.331,96	148.567,32
Alimentar MO	44%													
TOTAL		405.326,42	189.886,06	191.128,55	188.625,09	190.953,65	191.214,98	196.438,38	195.930,66	198.637,36	195.295,04	198.637,36	201.879,73	262.238,16
Alimentar	9%													
TOTAL		737.141	30.775,82	37.778,95	42.488,18	46.034,91	100.758,38	67.040,83	11.881,47	36.792,16	28.161,00	32.880,34	39.281,29	24.124,00
Relações Servidas														
TOTAL		737.141	11.876	29.569	103.744	96.221	93.231	85.057	20.663	70.766	42.261	55.019	73.580	45.629
Alimentar														
TOTAL		3,45	4,35	3,77	3,15	3,66	4,13	3,69	0,92	3,51	2,44	2,42	4,73	3,26
Alimentar MO														
TOTAL		3,24	15,99	6,46	1,83	1,98	2,05	2,31	9,47	2,78	4,61	3,57	2,66	5,53
Não alimentar outros														
TOTAL		0,67	2,55	1,28	0,41	0,48	1,08	0,79	0,57	0,52	0,62	0,60	0,52	0,53
Completo														
TOTAL		7,36	21,57	10,90	5,15	5,61	6,96	6,37	10,97	6,50	7,45	6,38	7,84	9,27

* Refere-se apenas aos gêneros alimentícios "in natura" distribuídos para alunos bolsistas-alimentação durante greves e períodos de recesso.

ANEXO 3

Ofício da SINTUFSCar



SINDICATO DOS TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

✉ sintuf@ufscar.br

🌐 www.sintufscar.org.br

☎ Secretaria
(16) 3351 8393
☎ Financeiro
(16) 3361 7015
☎ Planos de Saúde / Odontológico
(16) 3361 7014 / 3361 1294

Ofício nº 059/2017

São Carlos, 11 de Maio de 2017.

À Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios:

Na última reunião dessa Comissão foi deliberado que a categoria de Técnicos Administrativos (TAs) da UFSCar levaria a Proposta apresentada pela Comissão na Assembleia dos TAs que ocorreria no dia 10/05/2017, já que na Assembleia da categoria ocorrida no dia 28/03/2017 deliberou-se que seria mantida a defesa da bandeira histórica de que o preço das refeições do Restaurante Universitário (RU) seja zero.

No sentido de se manter a bandeira histórica do preço Zero das refeições do RU, o SINTUFSCar apresentou na assembleia do dia 10 de maio de 2017 a proposta de que o valor das refeições seja mantido como está e que seja criada uma Comissão Paritária entre docentes, alunos e TAs para que se construa o preço Zero gradativamente. Essa Comissão irá estudar a distribuição de verba na universidade de forma que as refeições sejam subsidiadas integralmente pela universidade.

Essa é a decisão da categoria dos TAs da UFSCar e fazemos coro, como representantes da mesma nessa Comissão, que a proposta seja considerada e levada ao Conselho Universitário da UFSCar, o que para tanto assinamos esse documento.

Sendo só, nesta oportunidade reiteramos nossas considerações e apreço.

Atenciosamente,

Representantes dos Técnicos Administrativos

Marisa Cubas Lozano
Marineia Teresinha Duarte
Daniel Profiti Moretti

Recebido ProACE
11/05/17 LOH
Luona

ANEXO 4

Projeção de Gastos para o
RU São Carlos para 2017

Sheet1

MÊS	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto
2016								
TOTAL	9792	27961	102616	94165	91455	85057	3603	61700
Custo	R\$ 72.069,12	R\$ 205.792,96	R\$ 755.253,76	R\$ 693.054,40	R\$ 673.108,80	R\$ 626.019,52	R\$ 26.518,08	R\$ 454.112,00
2017								
TOTAL	64972	45672	44283	86026	26109	0	0	0
Custo	R\$ 478.193,92	R\$ 336.145,92	R\$ 325.922,88	R\$ 633.151,36	R\$ 192.162,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Projeção								
2017								
TOTAL	64972	45672	44283	86026	86000	86000	51000	86000
Custo	R\$ 478.193,92	R\$ 336.145,92	R\$ 325.922,88	R\$ 633.151,36	R\$ 632.960,00	R\$ 632.960,00	R\$ 375.360,00	R\$ 632.960,00

custo por refeição: R\$ 7,36

Sheet1

setembro	outubro	novembro	dezembro	TOTAL NO ANO
35614	46339	70744	45629	737141
R\$ 262.119,04	R\$ 341.055,04	R\$ 520.675,84	R\$ 335.829,44	R\$ 5.425.357,76
0	0	0	0	267062
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.965.576,32
86000	86000	86000	51000	858953
R\$ 632.960,00	R\$ 632.960,00	R\$ 632.960,00	R\$ 375.360,00	R\$ 6.321.894,08